



2021PORTUGAL.EU
Dimensão Parlamentar

Nota de Enquadramento

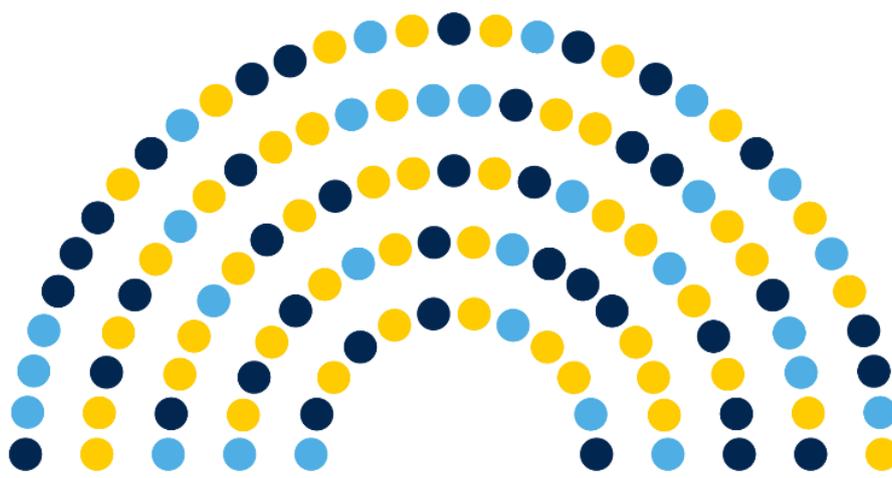
Sessão II

Recuperação e Resiliência da União Europeia

Conferência dos Presidentes da COSAC

11 de janeiro de 2020

Portugal



NOTA DE ENQUADRAMENTO

Sessão II Recuperação e Resiliência da União Europeia

A União Europeia criou, desde o primeiro momento, uma resposta sem precedentes à pandemia COVID-19. A [Declaração Conjunta](#) dos membros do Conselho Europeu, adotada em 26 de março de 2020, instava a Comissão Europeia a desenvolver uma estratégia de saída coordenada, um plano de recuperação abrangente e um investimento sem precedentes para permitir o funcionamento normal das nossas sociedades e economias e alcançar um crescimento sustentável, integrando, nomeadamente, a transição ecológica e a transformação digital.

A Comissão Europeia propôs assim a criação de um [instrumento de recuperação, *Next Generation EU*](#), integrado no [Quadro Financeiro Plurianual \(QFP\) 2021-27](#). Este instrumento pretende angariar fundos através de um novo limite máximo dos recursos próprios, a título temporário, de 2,00% do rendimento nacional bruto da UE, permitindo à Comissão fazer uso da sua sólida notação de risco para contrair empréstimos, no montante de 750 mil milhões de euros, nos mercados financeiros. Este financiamento adicional será canalizado através de programas da UE e reembolsado durante um longo período de tempo, abarcando vários orçamentos da UE, entre 2028 e 2058. A fim de alcançar este objetivo de forma justa e equitativa, a Comissão propôs alguns novos recursos próprios. Além disso, a fim de disponibilizar os fundos o mais rapidamente possível para responder às necessidades mais prementes, a Comissão propôs a alteração do atual Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, a fim de disponibilizar um montante adicional de 11,5 mil milhões de euros para financiamento já em 2020.

Este instrumento de recuperação comporta três pilares:

- a) [Mecanismo de recuperação e resiliência](#), que visa financiar o investimento público e as reformas alinhadas com as prioridades europeias de transição para a neutralidade climática e digital. Incidirá no apoio aos Estados-Membros, no âmbito do Semestre Europeu, estará disponível para todos os países, centrado nas regiões da UE que foram mais afetadas e onde as necessidades a nível da resiliência são maiores.



- b) Relançamento da economia e estímulo à retoma do investimento privado: reforço do [programa InvestEU](#) e criação de um nova Facilidade para Investimentos Estratégicos, orientando o investimento em cadeias de valor fundamentais, cruciais para a resiliência e autonomia estratégica futuras.
- c) Retirar os ensinamentos mais imediatos da crise: reforço dos programas que demonstraram o seu valor durante a crise ([RescEU](#) ou o [Horizonte Europa](#)) e criação de um novo programa específico no domínio da saúde.

Após a apresentação, pela [Comissão Europeia](#), das suas propostas para um [plano de recuperação](#) e a [proposta revista sobre o orçamento da UE](#) (Quadro Financeiro Plurianual 2021-27), o [Conselho Europeu Extraordinário](#), realizado entre os dias 17 e 21 de julho, chegou a acordo sobre o Fundo de Recuperação ([Next Generation EU](#)) e sobre o [QFP 2021-27](#).

[Em outubro foi igualmente alcançado o acordo quanto à posição do Conselho sobre o Mecanismo de Recuperação e Resiliência \(MRR\), um instrumento num montante de 672,5 mil milhões de euros, e, em novembro,](#) o Conselho e o Parlamento Europeu (PE) alcançaram um [acordo político](#) sobre os vários elementos do [pacote orçamental europeu](#), que inclui o QFP 2021-27, o Fundo de Recuperação Next Generation EU (NGEU), a Decisão sobre os Recursos Próprios e a condicionalidade sobre o Estado de Direito no orçamento da UE. Foi ainda alcançado um [acordo político sobre o pacote de Assistência à Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa](#) (REACT-EU), que continuará e ampliará as medidas de resposta à crise executadas através dos dois pacotes das Iniciativas de Investimento de Resposta ao Coronavírus ([CRII e CRII +](#)).

As [orientações estratégicas para a implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#) (MRR) foram definidas na [estratégia anual para o crescimento sustentável em 2021](#), que inicia o ciclo do [Semestre Europeu](#).

Para beneficiarem do MRR, os Estados-Membros devem apresentar projetos de planos de recuperação e de resiliência, que definam os programas nacionais de investimento e reforma em conformidade com os objetivos políticos da UE (a criação de emprego, a resiliência económica e social, as transições ecológica e digital). A Comissão apresenta, para este efeito, um [modelo normalizado para a apresentação dos respetivos planos nacionais](#).

A Comissão incentiva os Estados-Membros a incluírem nos seus planos investimentos e reformas nos seguintes domínios emblemáticos:

1. Reforçar a capacidade energética: tecnologias limpas duradouras/energias renováveis.
2. Renovar: melhoria da eficiência energética dos edifícios públicos e privados.
3. Recarregar e reabastecer: transportes, estações de carregamento e reabastecimento sustentáveis.
4. Ligar: implantação rápida de serviços de banda larga em todas as regiões.
5. Modernizar: digitalização das administrações e serviços públicos (saúde).
6. Expandir: armazenamento em nuvem de dados industriais europeus e criação de processadores de vanguarda e sustentáveis com uma grande capacidade.
7. Requalificar e melhorar as competências: literacia digital.

Assim, as quatro vertentes da sustentabilidade ambiental, produtividade, equidade e estabilidade macroeconómica identificadas na Estratégia Anual 2020 devem continuar a ser os princípios orientadores subjacentes aos planos nacionais.

O prazo para a apresentação dos planos de recuperação e de resiliência nacionais é 30 de abril de 2021. No entanto, os Estados-Membros foram incentivados a apresentar projetos de planos preliminares a partir de 15 de outubro de 2020. Finalmente, a Comissão apresentou uma descrição da repartição dos fundos pelos diferentes pilares do Next Generation EU, incluindo a desagregação da concessão de subvenções a cada Estado-Membro.

Dos planos devem constar objetivos gerais como a promoção da coesão económica, social e territorial, o reforço da resiliência, mitigação do impacto social e económico da crise e apoio à transição verde e digital.

Atendendo à natureza estratégica global e prospetiva dos planos de recuperação e resiliência, não será necessário que a Comissão proponha, em 2021, recomendações específicas para os Estados-Membros que tenham apresentado o referido plano. A Comissão proporá, contudo, recomendações relativas à situação orçamental dos Estados-Membros em 2021, conforme previsto pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento, de acordo com o descrito na comunicação relativa à Estratégia Anual.

Possíveis questões para debate:

- A elaboração dos Planos de Resiliência e Recuperação: principais prioridades;
- O papel dos Parlamentos na definição de prioridades e no acompanhamento da implementação;
- As adaptações do ciclo de Semestre Europeu;
- Os recursos próprios.

